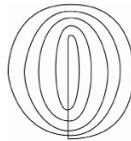


SEGUIR UMA REGRA

EDIÇÃO DE 2023 do

COMPÊNDIO EM LINHA DE PROBLEMAS DE FILOSOFIA ANALÍTICA

2018-2021 FCT Project PTDC/ FER-FIL/28442/2017



Editado por
Ricardo Santos e David Yates

ISBN: 978-989-8553-22-5

Compêndio em Linha de Problemas de Filosofia Analítica
Copyright © 2023 do editor
Centro de Filosofia da Universidade de Lisboa
Alameda da Universidade, Campo Grande, 1600-214 Lisboa

Seguir uma Regra
Copyright © 2023 do autor
Alexandre N. Machado

DOI: <https://doi.org/10.51427/cfi.2022.0008>

Todos os direitos reservados

Resumo

O problema de seguir uma regra ou paradoxo das regras foi formulado por Wittgenstein nas *Investigações Filosóficas*. O problema consiste em se especificar quais ações estão de acordo com uma regra e quais estão em desacordo, na medida em que toda ação pode estar de acordo com uma regra por meio de uma interpretação adequada. Esse problema surge a partir do que se pode chamar de concepção interpretacional da compreensão, a tese que a compreensão consiste em gerar uma formulação de uma regra, a qual mediará a relação entre a expressão da regra e as ações que se realiza para segui-la. A solução de Wittgenstein para o problema consiste em apontar uma consequência absurda dessa concepção: a indeterminação das ações por meio da regra. A compreensão consiste na aquisição de uma disposição. Um pouco da controvérsia exegética sobre o texto de Wittgenstein foi tratada principalmente em notas de rodapé.

Palavras-chave

Regras, significado, compreensão, Wittgenstein, Kripke.

Abstract

The problem (or paradox) of rule-following was first formulated by Wittgenstein in the *Philosophical Investigations*. The problem consists in specifying which actions are in accordance with a rule and which are in conflict with it, given that every action can be put in accordance with a rule by means of an appropriate interpretation. This problem is engendered by what one can call interpretational conception of understanding, i.e. the thesis that understanding consists in generating a formulation of the rule, which would mediate the relation between the expression of the rule and the actions that one performs in order to follow it. Wittgenstein's solution to the problem consists in pointing out an absurd consequence of this conception: the indetermination of the actions by means of the rule. Understanding consists in acquiring a disposition. Some of the exegetical controversy on Wittgenstein's text is discussed mainly in footnotes.

Keywords

Rules, meaning, understanding, Wittgenstein, Kripke.

Seguir uma Regra

DOI: <https://doi.org/10.51427/cfi.2022.0008>

1 Introdução

O problema sobre seguir uma regra ou paradoxo das regras foi formulado pela primeira vez por Wittgenstein, nas *Investigações Filosóficas* (doravante *IF*).¹ Nessa obra ele também apresenta uma solução para o problema. Desde então, uma vasta literatura foi publicada sobre o assunto. Boa parte dessa literatura, embora não toda, trata do problema *exegetico* sobre como interpretar o texto em que Wittgenstein apresenta e procura solucionar o problema.² Esse artigo se destina a apresentar, sem entrar a fundo na controvérsia exegetica, o que creio serem as formulações originais tanto do problema quanto da solução oferecidas por Wittgenstein, bem como algumas críticas que tanto o problema quanto a sua solução enfrentaram.

Este problema está baseado, entre outras coisas, em uma possibilidade que já havia chamado a atenção de Leibniz (2004: 12) e que se expressa na seguinte tese: para qualquer sequência de pontos s , mesmo que pareça aleatória, há um número indefinido de regras tais que s está de acordo com essas regras. A crença na versão generalizada dessa tese, que vale para qualquer sequência de ações ou eventos, foi o que levou Leibniz a afirmar que os milagres não são exceções à ordem natural, mas apenas exceções à ordem natural *cognoscível* pelo homem. Haveria uma ordem natural mais abrangente e incognoscível e os milagres estariam de acordo com as leis dessa ordem. O problema sobre seguir uma regra surge na filosofia de Wittgenstein como o resultado de uma reflexão sobre uma versão particular da possibilidade expressa nessa tese, onde s são ações que constituem os usos de sinais de uma linguagem.

1 Os textos citados das *IF* são traduções minhas de Wittgenstein (2009).

2 Boghossian (1989), Kripke (2004), McGinn (1984), McDowell (1984), Miller e Wright (2002), por exemplo.

Elizabeth Anscombe (1985) chama a atenção para o fato de que essa tese de Leibniz implica que há um número indeterminado de regras que determinam continuações alternativas da sequência de pontos ou de ações. Essa implicação é explorada no problema formulado por Wittgenstein.

2 O problema

Pré-teoricamente temos certas intuições sobre o que são o significado ou conteúdo das expressões linguísticas, sobre a compreensão linguística, regras, verdade e a relação entre essas coisas. Estamos inclinados a pensar que o significado de uma expressão linguística, seu conteúdo, é, de certa forma, *normativo*, ou seja, se usamos uma expressão linguística com um determinado significado, então alguns usos dessa expressão estarão *de acordo* com esse significado, e, por isso, serão *corretos*, ao passo que outros estarão em *desacordo*, e, por isso, serão *incorretos*.³ Tudo se passa como se o significado de uma expressão linguística fosse determinado ou constituído por uma regra ou conjunto de regras que governam o uso correto dessa expressão, de tal forma que compreender ou interpretar corretamente a expressão implicaria conhecer, de alguma forma, tais regras. O uso correto estaria baseado nesse conhecimento. Tomemos o exemplo de um termo geral: seu uso primário correto parece ser aquele em que dizemos verdadeiramente de algo que possui a propriedade representada pelo termo geral. Se "tigre", por exemplo, significa *tigre*, então o uso primário correto desse termo parece ser aquele em que dizemos de tigres que são tigres e de não-tigres que não são tigres. Parece que é o significado de "tigre" que determina esses usos como corretos. E essa determinação parece ser objetiva, na medida em que ela se dá independentemente da nossa vontade e do nosso conhecimento. Embora os significados sejam estabelecidos convencionalmente, se dizemos por engano que um leopardo é um tigre, por exemplo, então estamos

³ Contra uma interpretação muito comum (ver Boghossian 1989, por exemplo), Paul Horwich argumenta, em *Wittgenstein's Metaphilosophy*, que o significado, para Wittgenstein, não é intrinsecamente normativo, embora tenha implicações normativas (Horwich 2012: 117-121). Horwich não apenas argumenta que uma concepção disposicionalista não-normativa de significado é a concepção de Wittgenstein, mas ele próprio defende essa concepção.

simplesmente errados, porque isso está objetivamente em desacordo com o significado estabelecido de "tigre".

O problema sobre seguir uma regra visa desafiar algumas dessas intuições. Estas intuições foram levadas às últimas consequências pelo jovem Wittgenstein na sua primeira obra, o *Tractatus Logicus-Philosophicus*. Wittgenstein formula o problema nas *IF* inicialmente por meio de um exemplo da linguagem matemática. Contudo, ele pretende que suas consequências se estendam para qualquer linguagem, seja ela natural, seja uma linguagem formal.

Imaginemos que um professor ensine um aluno a seguir uma determinada regra matemática elementar: a regra a partir do qual ele pode iniciar escrever a série dos números naturais (cf. *IF* §143). O professor dá alguns exemplos do início da série e pede que o aluno continue. O aluno aprende a continuar e o professor então passa a ensinar a ele a regra $+n$, que serve para escrever diferentes séries de números cardinais, conforme o número que substitui n , todas com a forma

$$0, n, 2n, 3n...$$

Quando lhe é dado o comando $+1$, ele inicia a série dos números naturais a partir de 0. Quando lhe é dado o comando $+2$, depois de 1000, ele deveria escrever

$$1000, 1002, 1004, 1006...$$

mas escreve

$$1000, 1004, 1008, 1012...$$

Pode-se dizer que o aluno deu uma interpretação *não-padrão* à regra $+2$.⁴ Essa interpretação é o entendimento ou compreensão que o aluno tem da regra. Ele entende que a regra que está sendo explicada é uma regra complexa formada por ao menos duas outras regras: $+2$ até 1000 e $+4$ depois de 1000 (e, talvez, $+8$ depois de 2000). O professor tenta, então, sem sucesso, mostrar ao aluno que sua interpretação está errada. Mas esse fracasso, aparentemente, não é causado pela falta de inteligência do aluno.

⁴ Kripke (2004: 9) usa um outro exemplo para formular o problema que ele atribui a Wittgenstein. Ele imagina o aluno interpretando a lição de adição como sendo o ensino da função *quadição*, cujo símbolo é \oplus e que é definida do seguinte modo: $x \oplus y = x + y$, sse $x, y < 57$ e $x \oplus y = 5$ nos demais casos.

Há somente dois tipos de ações que o professor pode realizar para tentar fazer esse aluno perceber que (do ponto de vista do professor) está errado: dar *explicações verbais* da regra e dar *exemplos* da sua aplicação. As explicações verbais são constituídas de palavras, cujas regras de uso estão sujeitas ao mesmo tipo de interpretação não-padrão que o aluno deu à regra +2. E as explicações verbais adicionais dessas regras, por sua vez, estão igualmente sujeitas a esse mesmo tipo de interpretação não-padrão. E assim por diante, indefinidamente. Ou seja, mesmo que haja acordo sobre o modo de se formular uma regra e sobre as explicações verbais do conteúdo dessa regra, isso não implica o acordo no modo de se seguir essa regra, pois tanto a formulação da regra quanto suas explicações podem ser entendidas de formas distintas.

Os exemplos, por sua vez, estão na seguinte situação: para toda regra R que se quer ensinar, há sempre uma regra diferente R^* , tal que todos os exemplos dados para se ensinar R podem ser dados para ensinar R^* , porque tais exemplos estão de acordo com R e R^* . Em outras palavras: supondo-se que toda regra determina uma extensão, cujos elementos são as ações que estão de acordo com ela, qualquer subconjunto da extensão de R usado para explicá-la é também subconjunto de uma extensão diferente, determinada por uma regra diferente R^* , de tal forma que esse subconjunto também poderia ser usado para explicar R^* . As interpretações não-padrão das formulações e explicações da regra são justamente baseadas nessas regras alternativas. O que o aluno do experimento mental de Wittgenstein faz consiste em sistematicamente dar interpretações não-padrão às explicações e exemplos fornecidos pelo professor: em vez de entender as explicações verbais e exemplos como explicações verbais e exemplos de R , ele os compreende como explicações verbais e exemplos de uma outra regra R^* . Quando se tenta mostrar ao aluno que ele está dando uma interpretação não-padrão, todas as explicações e exemplos são interpretados de modo não-padrão, de tal forma que suas ações estão sempre de acordo com as explicações e exemplos dados e interpretados de forma não-padrão.

No presente ponto da reflexão, parece que nossas intuições sobre o significado implicam a seguinte tese:

(1) Para qualquer ação a e qualquer formulação de regra R , a pode estar de acordo com R por meio de uma determinada interpretação.

Essa tese parece ser não apenas falsa, mas absurda. Se (1) fosse verdadeira, qualquer ação, por mais *arbitrária* ou *aleatória* que seja, estaria de acordo com qualquer regra por meio de uma interpretação apropriada e, portanto, nenhuma regra determinaria o que *devemos* fazer para segui-la. Seguir uma regra é justamente o oposto de realizar ações arbitrárias ou aleatórias.

Contrariamente ao que pensa Kripke, *esse* é o paradoxo formulado por Wittgenstein, o que está claro na seguinte passagem:

Esse era nosso paradoxo: nenhum curso de ação poderia ser determinado por uma regra, pois todo curso de ação pode ser colocado em acordo com a regra. [IF §201]⁵

Mas alguém poderia objetar: se R determina *objetivamente* uma certa extensão cujos membros não são *todas* as ações, então nem toda ação está de acordo com R . Entretanto, se a relação entre uma regra qualquer, ou seja, entre a formulação da regra ou exemplos de sua

5 Segundo Kripke (2004), o paradoxo de Wittgenstein consiste em um argumento *cético* cuja conclusão metafísica negativa é que não há fatos, condições necessárias e suficientes, que constituam o ato de seguir uma regra e, portanto, o ato de significar alguma coisa por meio de uma expressão linguística; nem mesmo fatos disposicionais. Para evitar a conclusão absurda de que as palavras de qualquer linguagem são destituídas de significado, o Wittgenstein de Kripke propõe o que Kripke chama (através de uma analogia entre o suposto argumento de Wittgenstein e o argumento de Hume contra a realidade da causação) de solução *cética*, uma solução que parte da aceitação da conclusão do argumento cético. A solução cética estaria baseada no abandono da teoria do significado realista do *Tractatus*, a teoria segundo a qual o significado de uma frase é constituído pelas suas condições de verdade, condições necessárias e suficientes para a frase ser verdadeira, e na adoção de uma teoria antirrealista do significado segundo a qual o significado de uma frase é constituído pelas condições em que é justificado asserti-la e pelo papel que sua asserção desempenha na comunidade que usa a linguagem a que ela pertence. Isso permitiria reconhecer que, em certas condições essencialmente comunitárias, atribuições de significado são significativas e justificadas, o que evitaria a referida conclusão absurda, sem precisar evitar a conclusão cética. Mas não há evidência textual que apoie a atribuição de um tal argumento cético a Wittgenstein, muito menos para a tese que ele rejeita o disposicionalismo. Como veremos, Wittgenstein tem uma concepção disposicionalista de significado.

aplicação e sua extensão é sempre mediada por uma determinada interpretação *subjetiva* da regra ou dos exemplos, então não há como evitar concluir (1). Postular uma relação objetiva entre a regra e a sua extensão não soluciona o problema. O problema é: mesmo que haja uma tal relação objetiva, como podemos saber qual regra está sendo significada, explicada, compreendida, seguida? A solução desse problema *epistêmico*, no entanto, depende da solução de um problema *metafísico*: no que consiste seguir uma determinada regra, por oposição a outra? No que consiste significar uma determinada regra, por oposição a outra? O que são os *atos* de se seguir uma determinada regra, de se significar determinada regra, cujo conhecimento poderia mostrar ao aluno que ele está errado?

Aqui podemos tentar entender o problema melhor considerando a teoria fregeana da apreensão de conceitos. De acordo com Frege (1956), quando leio ou ouço a palavra "tigre", por exemplo, minha mente, através das suas representações mentais subjetivas, apreende o conceito de tigre, uma espécie de função, uma entidade abstrata objetiva, que, no entanto, não passa a ser conteúdo da mente depois de apreendida. Com base nessa apreensão, eu me torno capaz de compreender e usar a palavra de acordo com esse conceito.⁶ A pergunta de Wittgenstein é: como sei *qual* conceito apreendi e, portanto, como sei como devo agir para usar a expressão de acordo com ele? Isso mostra que o problema não é um problema epistemológico sobre como saber o que os *outros* significam. O problema se coloca também na perspectiva da *primeira* pessoa: como *eu* sei o que *eu* significo? De nada adianta apelar para os usos já feitos da expressão, para os exemplos, pois eles estão sempre de acordo com conceitos diferentes, dada uma interpretação adequada. De nada adianta tentar explicar o conteúdo

⁶ É curioso que Kripke inicie a exposição do que ele acredita ser o paradoxo das regras por meio da descrição de uma teoria muito semelhante à de Frege, sem nunca criticá-la: "Eu, como quase todos os falantes do inglês, uso a palavra 'mais' e o símbolo '+' para denotar uma bem conhecida função matemática, adição. A função é definida para todos os pares de inteiros positivos. *Por meio da minha representação simbólica externa e minha representação mental interna*, eu 'apreendo' a regra da adição. Um ponto é crucial para minha 'apreensão' dessa regra. Embora eu mesmo tenha computado apenas uma quantidade finita de somas no passado, a regra determina minha resposta para uma quantidade infinita de somas que eu nunca considerei previamente." (Kripke 2004: 7-8; tradução e grifo meus)

dessa expressão verbalmente, pois todas as explicações verbais podem ser interpretadas de forma não-padrão.

Nesse ponto é tentador apelar para a *identidade* para se resolver o problema: o aluno interpretou de forma errada porque ele de fato não está fazendo *o mesmo* em todas as suas tentativas de seguir a regra ensinada pelo professor. Após 1000, ele deixa de seguir a regra +2 e passa a seguir a regra +4. Para corrigir o aluno, temos que fazê-lo perceber essa mudança. O problema dessa estratégia é que ela justamente supõe a solução do problema e, por isso, não o soluciona. Fazer o mesmo é seguir *a mesma regra*. Mas se o que está em questão é justamente qual regra está sendo ensinada ou seguida, apelar para a identidade é inútil.⁷ Como sabemos que o professor não estava ensinando uma regra complexa que determina justamente que se siga +2 até 1000 e +4 depois de 1000? Que fato é esse que consiste em o professor ter ensinado uma regra e não outra? Se o professor procurar explicar que não se trata de uma tal regra complexa, sua explicação pode sofrer uma interpretação não-padrão que torna tudo o que o aluno faz de acordo com essa explicação.

3 Intenções e máquinas

Uma tentativa de responder à pergunta metafísica consiste em dizer que o que constitui o fato de o professor ter ensinado a regra +2 é o fato de que ele tinha a *intenção* de escrever 1002 após 1000, e não 1004, como fez o aluno (cf. *IF* §187, §210). A intenção, enquanto um estado mental, determina mais ações do que aquelas efetivamente realizadas pelo próprio professor e pelo aluno. A intenção, por assim dizer, *antecipa* a realidade. Mas assim formulada, essa resposta é ambígua e suas duas possíveis interpretações são problemáticas. Suponhamos que a intenção do professor consista em ele ter pensado no seguinte estágio particular da série determinada pela regra +2, a saber, escrever 1002 depois de 1000. Se é isso que constituiu a sua

⁷ Suponha que alguém inicie a seguinte série: 1, 1, 1, 1... Como dever-se-ia continuar a série? Alguém poderia estar tentado a apelar para a identidade e continuá-la assim: 1, 1, 1, 1, 1, 1, 1, 1... alegando que isso seria *fazer o mesmo* que foi feito antes, a saber, escrever uma série contendo apenas o número 1. Mas continuar a série do seguinte modo não seria fazer o mesmo? 1, 1, 1, 1, 2, 2, 2, 2... E desse outro modo? 1, 1, 1, 1, 3, 3, 3, 3, 5, 5, 5, 5, 7, 7, 7, 7, 11, 11, 11, 11...

intenção, então sua intenção não poderia determinar *todos* os estágios da série, pois ele não poderia ter pensado em todos eles, dado que são infinitos. Mas a regra determina, assim parece, *todos* os estágios da série. Suponhamos, no entanto, que em vez de ter pensado em algum estágio particular da série, ele pensou na *função* que constitui a regra +2. Aqui, voltamos à estaca zero, pois se ele pensou numa formulação dessa função, como essa formulação deve ser interpretada? Alguém poderia pensar que o professor não pensou apenas na formulação da função, mas também no modo como ela deve ser aplicada. Mas no que consiste pensar nesse modo de aplicação? Pensar uma *explicação* de como a função deve ser aplicada? Se sim, essa explicação está na mesma situação da função: ela pode ser interpretada de uma forma não-padrão.

É claro que podemos dizer justificadamente "Se me fosse dada a tarefa de escrever a série, eu teria escrito 1002 depois de 1000". E isso podemos justificadamente dizer sobre *qualquer* estágio da aplicação de +2. Todavia, tais afirmações não são sobre uma intenção, sobre um estado mental, mas sobre uma *disposição*.

Alguém poderia tentar resolver o problema epistêmico sobre como podemos saber o que uma regra determina que devemos fazer em cada caso de sua aplicação apelando para a idéia de uma *máquina* (cf. *IF* §§193-194).⁸ Podemos programar uma máquina, um computador, para seguir a regra +2. A extensão dessa regra será tudo aquilo que o computador fizer ao seguir o programa. O computador não fará interpretações não-padrão como a do estranho aluno do experimento mental de Wittgenstein. O computador não tem a liberdade para cometer erros ao seguir o programa. Mas aqueles que argumentam dessa forma, segundo Wittgenstein, estão confundindo a máquina *concreta* com o *programa* da máquina, confundindo o hardware com o software, criando um híbrido: a máquina *ideal*, que funciona sempre de maneira perfeita e que não quebra. Máquinas concretas quebram e passam a se comportar de maneiras não-padrão, ou seja, em desacordo com o padrão que queremos que elas realizem. Uma máquina ideal, que não quebra, faz apenas o que está de acordo com o programa, que executa a regra +2; quando inseridos os argumentos da função, ela devolve sempre os valores corretos. Mas aqui esbarramos novamente

⁸ Para uma discussão detalhada desse ponto, cf. Machado (2007, cap. VII, sec. 5).

no problema original: o que está de acordo com +2? Pois qualquer ação pode estar de acordo com essa regra por meio de uma interpretação adequada. O programa é escrito em uma *linguagem* que pode muito bem ser interpretada de uma maneira não-padrão.

Em suma, o paradoxo apresentado por Wittgenstein, como vimos, consiste no fato de que nossas intuições sobre o significado aparentemente permitem-nos concluir a tese (1), que parece ser patentemente absurda.

4 A solução de Wittgenstein

Wittgenstein argumenta que o que permite concluir (1) também permite concluir (2).

(2) Para qualquer ação *a* e qualquer formulação de regra *R*, *a* pode estar *em desacordo* com *R* por meio de uma determinada interpretação.

E *essa* é a sua solução: o que quer que permita concluir (1) e (2) é o que deve ser abandonado para que o problema seja solucionado. Uma vez rejeitado o que permite concluir (1) e (2), o paradoxo não pode mais ser formulado:

A resposta era: se todo curso de ação pode ser colocado em acordo com a regra, então ele pode ser colocado em conflito com ela. E, assim, não haveria nem acordo, nem conflito aqui. [IF §201]

(1) e (2) implicam que não há nem acordo, nem conflito entre regras e ações. Se toda ação pode estar tanto de acordo quanto em desacordo com uma regra por meio de determinadas interpretações, e se não há critérios *objetivos* para decidir sobre qual é a interpretação correta, na medida em que toda formulação de critérios é passível de uma interpretação não-padrão, então os conceitos de acordo e conflito perdem seu conteúdo, porque perdem a sua principal função: *classificar* as ações. Correto será o que *parecer* correto. "E isso apenas significa que aqui não podemos falar de 'correto'." (IF §258)

Mas o que permite concluir (1) e (2)? Segundo Wittgenstein, é a seguinte tese:

Compreender uma regra consiste em interpretá-la, onde interpretar é construir uma formulação da regra.

De fato, usamos a palavra "interpretar" muitas vezes como sinônimo de "compreender". Dizemos que a criança interpretou bem o ensino da palavra e aprendeu a usá-la corretamente, querendo dizer que ela compreendeu o que foi ensinado. Podemos dizer que o aluno do experimento mental de Wittgenstein interpretou de maneira errada o ensino do professor. Mas há um sentido *mais estrito* de "interpretar" segundo o qual interpretar uma frase consiste em oferecer uma paráfrase dela e interpretar uma regra consiste em oferecer uma formulação dela. É nesse sentido mais estrito que no direito se fala de interpretar a lei, por exemplo. O problema é pensar que sempre que uma pessoa compreende uma regra ela faz uma interpretação nesse sentido mais estrito. Como uma criança que está compreendendo as *primeiras* palavras de uma linguagem poderia fazer uma interpretação desse tipo?⁹

Mas se compreender uma regra não é interpretar nesse sentido estrito, como se dá a conexão entre as regras e as ações? Isso é o que pergunta o interlocutor de Wittgenstein¹⁰ na seguinte passagem:

– Deixe-me perguntar isso: o que a expressão de uma regra – digamos uma placa de sinalização – tem a ver com as minhas ações? Que espécie de conexão ocorre aqui? [IF §198]

Ao que Wittgenstein responde:

– Bem, essa aqui, por exemplo: tenho sido treinado a reagir de um modo particular a essa placa de sinalização e agora eu reajo desse modo a ela. [IF §198]

⁹ Alguns filósofos (tal como Fodor 1975, por exemplo) responderiam: usando a *linguagem inata do pensamento* ou *mentais*. Não vou discutir essa tese, mas apenas dizer que o que quer que ocorra na mente da criança, o critério para a compreensão correta é, como ficará claro a seguir, o comportamento, e não a constatação independente de um certo estado mental da criança. Um tal estado mental teoricamente postulado é parasitário dos critérios ordinários, comportamentais, de compreensão.

¹⁰ Wittgenstein escreveu as *IF* em boa medida na forma de um diálogo entre ele e interlocutores que expressam aquilo que é tentador dizer sobre diversos fenômenos e que, segundo Wittgenstein, é a verdadeira fonte dos problemas filosóficos. Nem sempre se trata de um mesmo interlocutor.

Mas o interlocutor reage:

Mas com isso você apontou apenas para uma conexão causal; apenas explicou como ocorreu que agora nós nos guiamos pela placa de sinalização; não no que esse seguir a placa realmente consiste. [IF §198]

E a resposta de Wittgenstein torna o ponto mais claro:

Não; eu indiquei em acréscimo que uma pessoa se guia pela placa de sinalização apenas na medida em que há um uso estabelecido, um costume. [IF §198]

É o *condicionamento do comportamento* para usar as palavras de um certo modo, não uma interpretação, que conecta as regras às ações. Compreender uma regra não é um estado mental privado que consiste em construir uma formulação dessa regra, como se nossas ações estivessem baseadas nesse estado. Wittgenstein atribui essa concepção de compreensão ao seu interlocutor:

Talvez você diga aqui: apreender o sistema (ou, novamente, entendê-lo) não pode consistir em continuar a série até *esse* ou *aquela* número: *isso* é apenas aplicar o entendimento que se tem. O entendimento ele próprio é um estado que é a *fonte* do uso correto. [IF §146]

Compreender, segundo Wittgenstein, consiste em ter a *disposição* para comportar-se de uma determinada forma: para usar a linguagem de uma certa forma, para reagir ao uso dela de certa forma e para corrigir o uso que se faz da linguagem.¹¹ Essa disposição, nos casos mais básicos, é adquirida por meio do treinamento [cf. IF §189] e fatos sobre ela são os fatos que determinam se alguém segue essa ou aquela regra, se alguém significa isso ou aquilo.¹²

A solução de Wittgenstein, portanto, consiste em rejeitar a concepção interpretacional da compreensão e do significado.¹³ Uma vez

11 Para uma exposição e defesa detalhadas dessa interpretação e dessa concepção de compreensão e significado, ver Horwich (2004, cap. 4)

12 Segundo Kripke (2004), parte do argumento de Wittgenstein contra a existência de fatos sobre o significado e sobre o seguir regras são seus argumentos contra as teorias disposicionalistas sobre esses fenômenos. Cf. seção 4 abaixo.

13 Para uma discussão detalhada desse ponto, cf. Machado (2007, cap. VII, sec. 6).

rejeitada, não há mais como justificar (1) e (2). Nem toda ação está de acordo e em desacordo com uma regra porque o acordo ou desacordo não são mediados por uma interpretação. Eles são determinados por uma *prática*:

Que há um mal-entendido aqui é mostrado pelo mero fato de que, nesse curso de raciocínio, colocamos uma interpretação atrás da outra, como se cada uma nos contentasse ao menos por um momento, até que pensamos em uma outra ainda atrás dela. O que mostramos por meio disso é que há um modo de apreender a regra que *não* é uma interpretação, mas que, de caso em caso de aplicação, se exhibe no que chamamos "seguir a regra" e "ir contra ela".

É por isso que há a inclinação a se dizer: toda ação de acordo com uma regra é uma interpretação. Mas dever-se-ia falar de interpretação apenas quando uma expressão de uma regra é substituída por outra. [IF §201]

É por isso que "seguir uma regra" é uma prática. E *pensar* que se está seguindo uma regra não é seguir uma regra. [IF §202]¹⁴

Wittgenstein não está incoerentemente interferindo no uso da palavra "interpretação",¹⁵ mas apenas apontando para a fonte da tese problemática

14 Kripke serve-se principalmente de §202 para sustentar que as verdadeiras reflexões de Wittgenstein contra a possibilidade de uma linguagem privada são suas reflexões sobre seguir uma regra. Em §258, Wittgenstein diz que em uma suposta linguagem privada, o que quer que venha a me parecer correto é correto. "E isso apenas significa que aqui não podemos falar de 'correto'". Todavia, em §202 Wittgenstein está apenas antecipando o que é dito em §258, cuja justificação é oferecida apenas a partir de §243, onde ele começa a examinar justamente se pode haver uma prática privada de seguir regras, uma prática sem qualquer relação sistemática com as práticas públicas de seguir regras. Cf. Seção 4 abaixo.

15 A incoerência aludida aqui diz respeito ao que Wittgenstein diz na seguinte passagem das *IF*:

A filosofia não deve interferir de modo algum no uso efetivo da linguagem, de tal modo que ela pode afinal apenas descrevê-lo. Pois ela não pode justificá-la tampouco. Ela deixa tudo como está. [IF §124]

Em §202, Wittgenstein está apenas descrevendo uma ambiguidade no uso da palavra "interpretação" cuja negligência está na origem do paradoxo das regras. O problema não é a ambiguidade, mas negligenciá-la. Dai a sua sugestão não compulsória para evitar essa negligência: uma desambiguação. Todavia, ao contrário do que alguns comentadores pensam, Wittgenstein não acreditava que a

que dá origem ao paradoxo das regras. Se bem entendido, o uso da palavra "interpretação" como sinônima de "compreensão" não é problemático. O problema está em pensar que toda compreensão é uma interpretação no sentido mais estrito.¹⁶

5 Críticas

Segundo Kripke (2004: 22-32), o disposicionalismo sobre o significado e sobre o seguir regras não consegue satisfazer duas condições de uma boa teoria sobre esses fenômenos: os fatos sobre esses fenômenos devem ser normativos e o seu conhecimento deve justificar o modo como usamos a linguagem. Um fato é normativo quando dele se segue que *devemos* agir de um determinado modo. Kripke argumenta que fatos sobre disposições não podem satisfazer essas condições porque, primeiro, do fato que alguém tem a disposição para usar uma palavra de uma certa forma não se segue que essa é a forma como ela *deve* usá-la e, segundo, porque o disposicionalismo não consegue acomodar a intuição de que às vezes adquirimos disposições para cometer erros sistemáticos *ao seguir uma determinada regra* (cometer erros sistemáticos ao somar, por exemplo). Se seguir uma regra é realizar uma disposição, o que chamamos de erro sistemático é, na verdade, seguir *outra* regra, porque é a realização

linguagem ordinária fosse sacrossanta, imaculada. Para ele, as formas da linguagem ordinária nos induzem a negligenciar semelhanças e diferenças e isso nos leva aos problemas filosóficos. Cf. por exemplo, *IF* §12, em que Wittgenstein faz uma analogia entre as alavancas de uma cabine de locomotiva e as palavras. As alavancas são semelhantes porque todas devem ser manuseadas. Mas o funcionamento de cada uma delas é diferente. Analogamente, as palavras escritas ou faladas se assemelham, as primeiras porque devem ser todas lidas e as últimas porque devem ser ouvidas. Mas o modo de uso delas, o seu funcionamento, se difere.

¹⁶ De fato, na sua origem latina, a palavra "interpretação" não era sinônima de "compreensão". A palavra surgiu nas negociações entre mercadores. Ela é a junção de "*inter*", que significa "entre", e "*pretium*", que significa "preço". Um intérprete era um mediador em uma negociação comercial, provavelmente entre negociantes que falavam línguas distintas e queriam fixar o preço das mercadorias. Isso explica por que o verbo "interpretar" acabou se tornando sinônimo de "traduzir" ou "explicar".

de uma disposição diferente. Se seguir a regra R é ter a disposição D , e se a suposta disposição para o erro ao seguir a regra R é diferente de D , então não se trata de uma disposição para o erro *ao seguir* R , e, sim, se trata de estar seguindo outra regra R^* .

Todavia, como vimos, o disposicionalismo de Wittgenstein não inclui apenas a disposição para se usar a linguagem de uma certa forma, mas também a disposição para reagir ao uso e, mais importante, a disposição para *corrigir o uso* que se faz. Essa última disposição introduz o elemento normativo aos fatos sobre o significado ao distinguir entre as ações que *devemos* realizar (corretas) e as demais (incorretas). Ela também inclui o elemento justificador: via de regra, aquelas ações que estamos dispostos realizar ao seguir uma regra e que não estamos dispostos a corrigir estão justificadas. E não é necessário que aquele que segue regras tenha conhecimento sobre esses fatos disposicionais para que suas ações estejam justificadas, basta que esses fatos ocorram.

Uma crítica à solução do paradoxo das regras oferecida por Wittgenstein está baseada numa interpretação *comunitarista* da sua concepção de linguagem.¹⁷ Segundo essa interpretação, seguir uma regra (e, portanto, o significado e a linguagem) é um fenômeno essencialmente comunitário, social. Para uma pessoa desde sempre *solitária*, um Robinson Crusoe inato, não há diferença entre *parecer* correto e *ser* correto, o que implica que, numa tal situação, não há correção e, portanto, *a fortiori* tampouco o fenômeno de seguir regras. Segundo Kripke, as premissas do verdadeiro argumento contra a possibilidade de uma linguagem privada, uma linguagem que, necessariamente, apenas o seu único usuário compreende,¹⁸ estão na solução de Wittgenstein para o paradoxo das regras. Se a linguagem é um fenômeno essencialmente comunitário ou social, então não apenas uma linguagem solitária não é possível, mas muito

17 Cf. Malcolm (1989) e Kripke (2004).

18 Em *IF* §§243-315, após as reflexões sobre as regras, Wittgenstein examina a possibilidade de uma linguagem constituída de nomes de sensações que são criados sem nenhuma conexão com nossas práticas no mundo exterior e, portanto, com o comportamento público. Para compreender o significado de tais nomes, é necessário conhecer aquilo a que eles se referem, as sensações nomeadas. Mas apenas o usuário de tais nomes pode conhecer as sensações nomeadas. Portanto, apenas esse usuário pode compreender essa linguagem.

mais impossível é uma linguagem privada, que é uma linguagem *necessariamente* solitária.

De fato, muitos usos da linguagem são comunitários ou sociais. Por exemplo: ninguém pode fazer comércio consigo mesmo e, por isso, todo uso comercial da linguagem não existiria em uma situação de isolamento solitário. Todavia, parece contra-intuitivo sustentar que *toda* a linguagem possui essa natureza comunitária. Podemos imaginar um homem solitário que tenha ferramentas que ele guarda em buracos distintos, sobre os quais coloca pedras pesadas para que animais não as roubem e que desenha ícones nas pedras, figuras semelhantes às ferramentas, para que possa identificar onde cada ferramenta está sem precisar remover as pedras. Quando ele quer usar uma das suas ferramentas, ele procura a pedra que possui o ícone correspondente. Pode muito bem ocorrer que, por engano, ele guarde uma ferramenta debaixo da pedra errada e corrija esse erro. Esse mesmo homem pode também criar numerais para diversas atividades. Não há razão para se acreditar que esse homem não poderia fazer essas coisas sem estar em contato com uma comunidade. Portanto, se a solução de Wittgenstein para o paradoxo das regras envolve uma concepção comunitarista de linguagem, parece que ela está baseada em uma tese falsa. Mesmo que uma linguagem privada não seja possível, parece que uma linguagem solitária é perfeitamente possível. Nem tudo que parece correto ao solitário é correto. Se ele confunde dois ícones semelhantes, por exemplo, ele pode perceber seu erro e corrigi-lo. Um solitário não está na mesma situação de um suposto usuário de uma linguagem privada, pois ele pode se utilizar do mundo exterior, objetivo, para corrigir os erros que comete ao usar sua linguagem solitária.

No entanto, embora provavelmente essa crítica à concepção comunitarista de linguagem esteja correta, essa não era a concepção de Wittgenstein.¹⁹ Quando ele fala de uso, costumes e práticas, ele está se opondo não às ações de um ser humano solitário, mas a uma tese que ele considera na seguinte passagem das *IF*:

¹⁹ Para uma crítica a essa interpretação comunitarista de Wittgenstein, cf. Baker e Hacker (1990). Para uma exposição detalhada da interpretação não-comunitarista da concepção de linguagem de Wittgenstein, cf. Machado (2007, cap. VII, sec. 7).

O que chamamos "seguir uma regra" é algo que seria possível que apenas *uma* pessoa, apenas *uma vez* na vida, fizesse? – E isso, naturalmente, é uma observação sobre a *gramática* da expressão "seguir uma regra". [IF §199]²⁰

Poder-se-ia pensar que o grifo em "*uma* pessoa" implica que Wittgenstein está examinando a possibilidade de uma linguagem solitária. Mas o que ele diz logo mais adiante mostra que não é isso que ele tinha em mente:

Não é possível que haja apenas uma ocasião na qual apenas uma pessoa seguiu uma regra. Não é possível que tenha havido apenas *uma ocasião* na qual um relato foi feito, uma ordem foi dada ou entendida, e assim por diante. – Seguir uma regra, fazer um relato, dar uma ordem, jogar uma partida de xadrez, são *costumes* (usos, instituições). [IF §199; primeiro grifo meu]

É contra a tese que poderia ter sido o caso que uma regra tenha sido seguida *apenas uma vez* que Wittgenstein está argumentando. Seguir uma regra, segundo ele, é uma *série* de ações que constituem um costume, um padrão instituído de ação. A ênfase em *uma* pessoa serve apenas para focar na possibilidade de que seguir uma regra pudesse ocorrer *apenas uma vez*, sem que houvesse um padrão instituído de ação. Isso seria possível apenas se seguir uma regra fosse o resultado de se apreender uma regra em um ato mental privado, independente das práticas instituídas. As reflexões sobre a possibilidade de uma linguagem privada se destinam a mostrar que tais costumes não podem ser privados, embora possam ser solitários. Eles não podem ocorrer em um âmbito desvinculado das nossas práticas

20 "Gramática", para Wittgenstein, era o termo que durante a maior parte de sua filosofia madura substituiu o termo "lógica". Wittgenstein acreditava que esse último termo estava muito sobrecarregado de conotações que dificultariam a compreensão da sua filosofia madura. "Às vezes você tem que retirar uma expressão da linguagem, e mandá-la para limpeza, e depois pode colocá-la de volta em circulação." (1998: 44) Nos seus dois últimos escritos, *Anotações Sobre as Cores* (1977) e *Sobre a Certeza* (1969), ele voltou a usar o termo "lógica". Por exemplo: "Não queremos estabelecer nenhuma teoria da cor (nem fisiológica, nem psicológica), mas antes a lógica dos conceitos de cor." (1977, parte I, §22) "O que conta como um teste adequado de um enunciado pertence à lógica. Isso pertence à descrição do jogo de linguagem." (1969, §82) Minhas traduções.

públicas, pois em tal âmbito não há diferença entre parecer correto e ser correto.

6 Considerações finais

Como podemos ver, se tomarmos o texto das *IF* como guia, o paradoxo das regras e a solução oferecida por Wittgenstein parecem ser bem diferentes do que boa parte dos comentadores, baseados na interpretação de Kripke, acredita que sejam. Mais que isso: a solução de Wittgenstein consiste no abandono de uma concepção de compreensão e significação que Kripke usa para formular o seu paradoxo e que ele jamais critica explicitamente.²¹ O Wittgenstein de Kripke aceita a conclusão do argumento paradoxal e sua solução parte dessa aceitação. Wittgenstein, todavia, vê nessa concepção de compreensão e significação a fonte de um mal-entendido sobre nossa prática de seguir regras. Este é o paradoxo: se a relação entre a expressão de uma regra e nossas ações é sempre mediada por uma interpretação, concebida como um ato mental privado desconectado de nossas práticas públicas, sendo essas práticas um resultado desse ato mental, então qualquer ação pode estar de acordo com qualquer regra por meio de uma interpretação apropriada. Esta é a solução: o contrário também se segue, pois qualquer ação pode estar em desacordo com

21 De fato, Kripke leva em consideração a concepção de compreensão e significação realista de Frege, mas apenas para descartá-la como um meio de solucionar o seu paradoxo, não para apontar qualquer problema nela (cf. 2004: 54). Como vimos (nota 5), Kripke afirma que a solução do paradoxo oferecida por Wittgenstein baseia-se no abandono da concepção realista de significado em favor de uma concepção antirrealista comunitarista. Mas isso parece se chocar com o fato que essa solução parte da aceitação da conclusão do argumento cético paradoxal, que não poderia ser formulado sem a aceitação daquela concepção de significado. O argumento conclui que não há fatos sobre seguir regras e sobre a significação. Mas parte desse argumento é justamente o que Wittgenstein de fato rejeita: que qualquer ação pode estar de acordo e em desacordo com qualquer regra por meio de uma interpretação apropriada, o que supõem a concepção interpretacional da compreensão e do significado. Alguém poderia pensar que o argumento paradoxal do Wittgenstein de Kripke é justamente uma *redução ao absurdo* daquela teoria realista do significado. Mas se fosse assim, a solução de Wittgenstein não poderia ser uma solução *cética*, pois a aceitação de uma redução ao absurdo implica a rejeição da sua conclusão.

qualquer regra por meio de uma interpretação apropriada. Nesse caso, a própria ideia de acordo e desacordo se dilui. Isso mostra que a relação entre a expressão de uma regra e nossas ações não é, em geral, mediada por um tal ato mental. Ela se estabelece, nos casos mais básicos, por meio de um condicionamento do comportamento que cria uma disposição para a ação. Os fatos sobre a prática de seguir regras e sobre o significado são fatos disposicionais.²²

Alexandre N. Machado
Universidade Federal do Paraná

Referências

- Anscombe, G.E.M. 1985. Wittgenstein on Rules and Private Language. *Ethics* 95: 342-352.
- Baker, G.P. e P.M.S Hacker. 1990. Malcolm on Language and Rules. *Philosophy* vol. 65, n. 252: 167-179.
- Boghossian, Paul. 1989. The Rule-Following Considerations. *Mind*, New Series, vol. 98, n. 392: 507-549.
- Fodor, Jerry A. 1975. *The Language of Thought*. New York: Thomas Y. Crowell.
- Frege, Gottlob. 1956. Thought: A Logical Inquiry. *Mind*, Vol. 65, n. 259: 289-311.
- Horwich, Paul. 2012. *Wittgenstein's Metaphilosophy*. Oxford: Oxford University Press.
- Kripke, Saul. 2004. *Wittgenstein on Rules and Private Language: An elementary exposition*. Oxford: Blackwell.
- Leibniz, G.W. 2004. *Discurso de Metafísica e outros textos*. Trad. Marilena Chauí e Alexandre da Cruz Bonilha. São Paulo: Martins Fontes.
- Machado, Alexandre N. 2007. Lógica e Forma de Vida: Wittgenstein e a natureza da necessidade lógica e da filosofia. São Leopoldo: Unisinos.
- Malcolm, Norman. 1989. Wittgenstein on Language and Rules. *Philosophy*, Vol. 64, n. 247: 5-28.
- McDowell, John. 1984. Wittgenstein on following a rule. *Synthese* 58: 325-264.
- McGinn, Colin. 1984. *Wittgenstein on Meaning: An interpretation and evaluation*. Oxford: Blackwell.
- Miller, Alex e Crispin Wright. 2002. *Rule-Following and Meaning*. Oxford: Routledge.
- Wittgenstein, Ludwig. 1998. *Culture and Value*. Ed. G.H. von Wright. Trad. Peter Winch. Oxford: Blackwell.
- Wittgenstein, Ludwig. 1969. *On Certainty*. Trad. Denis Paul e Elisabeth Anscombe. Oxford: Basil Blackwell.
- Wittgenstein, Ludwig. 2009. *Philosophical Investigations*. O texto alemão com uma tradução para o inglês de P.M.S Hacker e Joachim Schulte, 4ª edição revisada, de G.E.M. Anscombe, P.M.S Hacker e Joachim Schulte. Oxford: Blackwell.
- Wittgenstein, Ludwig. 1977. *Remarks on Colour*. Ed. Elisabeth Anscombe. Trad. Lind McAlister e Margarete Schättle. Oxford: Basil Blackwell.

²² Agradeço a Raimundo Henriques e Ricardo Santos por valiosos comentários e sugestões a versões anteriores desse texto.